

# Governo aumentará imposto para cumprir orçamento

Sayad avisa que será necessário recuperar a carga tributária para se atingir as metas de 1986

O déficit operacional do setor público para este ano deverá ficar "próximo de zero". A previsão foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, João Sayad, explicando que essa estimativa leva em conta inclusive a situação dos Estados e municípios. O Ministro não quis fazer nenhuma análise sobre o comportamento das contas para o ano que vem, mesmo levando-se em conta que difícil-

mente as metas do orçamento serão cumpridas. Entretanto, salientou que o Governo precisará recuperar a carga tributária do País, apenas não sabe como isso será feito: se pelo aumento dos impostos ou através do aperfeiçoamento dos mecanismos da arrecadação de tributos. Outra alternativa é pedir uma suplementação de recursos ao Congresso.

OLAVO RUFINO



Sayad: pela primeira vez um orçamento unificado

A decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de alterar a fórmula do cálculo da correção monetária foi considerada pelo ministro do Planejamento como medida muito importante e que vai ajudar o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) a se recuperar. Segundo Sayad, essa fórmula "tem menos problemas do que o modelo antigo" pois entre outras qualidades "apresenta uma memória mais curta,

logo com efeito realimentador da inflação menor".

Disse que a proposta de se levar os orçamentos das empresas estatais para aprovação pelo Congresso é "uma idéia muito boa" mas que ainda precisa ser melhor discutida pela Comissão de Reforma Tributária e Descentralização Administrativa Financeiro, antes que o Governo tome uma decisão a respeito. Para Sayad, o ob-

jetivo dessa proposta é atribuir ao Congresso o poder de fiscalização e controle sobre as atividades das estatais, que até agora ficaram praticamente livres para operar. Com isso, ele acredita que a sociedade teria maior clareza sobre a atuação dessas empresas e poderia controlá-las de forma mais democrática. Essa medida poderia ser um complemento à unificação dos orçamentos da União e monetário.